Diário de Notícias 5ª f. 3 de Janeiro de 1980

Fundação Cuidar o Futuro

Maria de Lardes Pintasilgo entrevistada pelo "DN"

- *Professo o marxismo no sentido em que o faz qualquer intelectual do nosso tempo.*
- *Nunca senti apoio da hierarquia católica. Nem penso que seja função da hierarquia manifestar apoio ou rejeição.*
- *Em qualquer circunstância, defendo a subordinação do poder militar ao poder civil*

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

"Sou adepta do modelo autogestionário"

Em entrevista concedida ao "DN", Maria de Lurdes Pintasilgo analisa a acção do seu Governo, recorda a sua experiência na Câmara Corporativa, comenta aspectos da realidade nacional e internacional e defende um modelo de autogestão

Entrevista de Dinis de Abreu e Helena Marques

«Sou adepta de uma sociedade autogestionária. Parece-me que o modelo autogestionário é aquele que torna cada um de nós mais livre, mais participativo e mais criador» — declarou a primeiro-ministro demissionária, eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, numa longa entrevista que concedeu ao «DN».

Solicitada em Julho passado, logo que o Presidente da República indigitou o chefe do V Governo Constitucional, a entrevista só viria a ser-nos concedida no último sábado, no final de uma série dada pela primeiro-ministro a diversos órgãos de Comunicação Social, pelo que só hoje a podemos publicar e pelo que, também, surge inevitavelmente desfasada do contexto em que fora pedida. Não deixam, no entanto, e apesar disso, de se revestir de interesse as declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo, particularmente quando procede à análise dos êxitos e falências do seu Governo, quando define o seu conceito de esquerda («Há sempre uma esquerda para a esquerda») ou quando, como acima referimos, refere o modelo autogestionário com uma possibilidade privilegiada de «encontrar um caminho».

«Diário de Notícias» — No seu discurso de posse, a senhora primeiro-ministro afirmou (e perdoe-me qualquer imprecisão, pois estou a citar de memória): «E' com esperança que início esta marcha de cem dias.» Gostaria de saber quais são os seus sentimentos no findar dessa «marcha».

Maria de Lurdes Pintasilgo — O sentimento dominante é o de um grande reconhecimento: reconhecimento para com a equipa com que trabalhei e que fez destes cinco meses uma tarefa que foi apaixonante a todos os títulos; e reconhecimento para com o povo português. Nos contactos directos que tive oportunidade de ter e na espontaneidade com que o povo através das suas associações, representantes locais ou individualmente, quase anonimamente, se quis associar à tarefa deste Governo. Por isso, o reconhecimento com que deixo o Governo transborda também numa certa satisfação (isto parece pretensioso...) de que foi realizado mais e mais profundamente do que eu me tinha atrevido a esperar quando da minha posse.

DN — Perguntaria agora, após estes cento e cinquenta dias, qual terá sido o ponto mais positivo, mais conseguido, e qual foi aquele que não foi atingido, que lamenta não ter concretizado?

MLP — Penso que o ponto mais conseguido foi, indubitavelmente, o da protecção dos mais desfavorecidos. Pelas chamadas medidas sociais, portanto, o aumento das pensões mínimas e, por outro lado, pela criação do esquema mínimo de cobertura social. Eu considero este aspecto, talvez, a coisa mais expressiva deste Governo, porque significa que foi possível dar a todas as pessoas um direito que lhes é reconhecido na Constituição, que é o direito á saude e o direito á segurança social, e isto independentemente do vínculo laboral. Havia ainda toda uma margem de pessoas que estavam fora dos esquemas tradicionais da chamada Previdência, e toda a gente, toda a pessoa, porque é pessoa, tem o direito à salvaguarda da sua saúde, às prestações mínimas de segurança social, á garantia da sua adequada situação na sociedade. Isso parece-me uma aquisição muito significativa, muito importante. Paralelamente, gostaria de dizer, ainda relativamente aos mais desfavorecidos, que as medidas que tomámos e que só vieram a ser promulgadas já depois do dia 2 de Dezembro, mas que foram decididas em Conselhos de Ministros anteriores, relativamente á agricultura e, em particular, ás zonas do minifúndio, são também aspectos dos mais significativos para a população, na medida em que se estimula a colocação dos jovens agricultores, portanto, os agricultores que queiram organizar a sua vida de pequena exploração até á idade de 35 anos, com linhas de crédito e outros benefícios, em que se estimula agricultura de grupo em novas formas e em que se criam centros de apoio á gestão agrícola em toda a zona de minifúndio. Complementarmente, e como obrigação que cabia a este Governo e que alguns documentos só puderam ser aprovados já depois das eleições (como sabe, a lei de base do Serviço Nacional de Saúde dava ao Governo seis meses para regulamentar a lei, nós sabíamos que era uma tarefa que tínhamos de realizar e os seis meses vão terminar agora no princípio de Janeiro e, por isso, tentámos cobrir alguns desses sectores), conseguimos cobrir o departamento de cuidados primários de saúde, o que é um enorme avanço para a saude da população e vai descongestionar os nossos hospitais, as urgências, etc. Conseguimos também, e de alguma maneira, regulamentar a carreira de clínico de medicina geral e de saúde pública, que é indispensável também para a cobertura do interior, que está completamente desprotegida. Considero este conjunto de medidas, medidas muito significativas.

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

O positivo e o negativo

DN — Então, senhora primeiro-ministro, devo concluir, em termos meramente contabilísticos, que considera o saldo do seu Governo francamente positivo?

MLP — Nessa forma contabilística, considero.

DN — E aquilo que não conseguiu, ou aquilo que se sentiu incapaz de conseguir?

MLP — Há imensa coisa que não consegui. Mas há algumas coisas que me são particularmente dolorosas não ter conseguido. Uma é a de que me fartei de falar na descentralização e fiz da descentralização um objectivo. Eu própria me coloquei ao serviço dessa descentralização tentando, com um grupo de trabalho e em diferentes zonas do país, realizar essa descentralização, mas vi-me obrigada a reforçar, quase empolando, alguns dos quadros dos serviços centrais. Mas a verdade é que essa acção de descentralização precisa de um momento em que as coisas são postas em ordem de se poder descentralizar. Há como que uma influência para o centro antes da descentralização, sobretudo quando tudo está desordenado. Foi o que aconteceu durante a vigência deste Governo. Como sabe, de há cinco anos para cá, houve uma entrada nos serviços públicos de vagas sucessivas, não exactamente de funcionários mas de pessoas que começaram a ter um certo vínculo, dificilmente características, à função pública, pessoas que seria desumano deixar no desemprego e que estavam também prejudicando o andameento dos quadros existentes. De maneira que foi necessário, praticamente em todos os ministérios, reformular os quadros ou fazer as leis orgânicas. Isso deu, na verdade, uma grande força, no meu entender talvez uma força excessiva, aos serviços centrais. Penso, no entanto, que numa acção governativa contínua (porque passam os governos, mas há uma continuidade da acção governativa em que eu acredito profundamente) penso que será possível aos governos seguintes agarrar, digamos assim, nos serviços assim reestruturados e proceder depois à descentralização necessária.

Mas há ainda uma outra coisa que me pesa não ter conseguido fazer. Penso que não o teria conseguido mesmo com o período alargado dos 149 dias em vez dos 100.

E que nós estamos muitas vezes a tomar decisões em conselhos de ministros em que levamos muito tempo e em que tentamos chegar a consenso sobre aspectos que são até de estrutura e outros de fundo, como é, por exemplo, a nossa industrialização. O que é queremos produzir? Que fábricas queremos implantar? Que apoio queremos dar ás nossas empresas ou se, por acaso, preferimos as empresas estrangeiras às nossas? Isso é um ponto que, até agora, não tem elementos de apoio institucional que permita ser resolvido de forma adequada. Quer dizer, eu parto com a sensação de não ter contribuido para a definição de uma política industrial que acho indispensável no nosso país.

A igreja e a cristã

DN — Mudando de assunto: há uma questão sobre a qual muito se tem falado. E', designadamente, o que se entende pelo aproveitamento da sua qualidade de cristã que a senhora primeiro-ministro terá feito em benefício político. Eu gostaria que comentasse esse facto.

MLP — Não me recordo de ter referido nunca a minha qualidade de cristã como um argumento político, até porque não concordo com essa posição. Para mim, o cristianismo enforma, de facto, o pensamento daquele que professe a fé cristã, mas não se situa, de modo nenhum, ao nível do

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

argumento. No entanto, o que é facto é que, sendo eu uma militante católica imediatamente este aspecto apareceu ao de cima e provocou necessariamente, também da minha parte, em alguns momentos, uma clarificação necessária.

DN — Como presume que a Igreja a julgou como governante? E terá sentido, em algum momento do seu Governo, um apoio nítido da Igreja?

MLP — Há que definir os vários sentidos de Igreja. A Igreja é o povo de Deus estruturado desde o início através da hierarquia. O povo de Deus é um povo que reflecte a sociedade em que vive. Portanto, é um povo pluralista. Senti da parte de algumas comunidades cristãs uma recusa apriorística, não tanto do meu Governo, mas muito pela ideia que tinha sido difundida sobre o meu pretenso marxismo, e foi por isso...

DN — Não o professa?

NLP — No sentido entendido aqui, não. De modo nenhum.

DN — Em que sentido, então, o professa?

MLP — Professo o marxismo no sentido de qualquer intelectual do nosso tempo, que não pode prescindir da análise e do pensamento marxista, como não pode prescindir da análise de Freud, como não pode prescindir da Teoria da Relatividade, de Einstein, nem pode prescindir das tomadas de posição de Nietzsche. Como postura intelectual face ao pensamento. Dizia, pois, que se senti da parte de algumas comunidades cristãs essa recusa, detenho, por outro lado, um testemunho muito constante e que me acompanhou ao longo do Governo, de numerosos cristãos, alguns de comunidades bem definnidas, ou paroquiais, ou religiosas, apoiando-me de uma forma que não era incondicional, mas que era no sentido de apoiar apresentando críticas e sugestões.

DN — E da hierarquia católica, sentiu alguma vez um apoio concreto a si, como primeiro-ministro, ou ao Governo?

MLP — Não, não senti. Nem penso que seja função da hierarquia manifestar esse apoio ou essa rejeição. Seria a primeira vez que veríamos uma atitude desse tipo no nosso país. Eu mantenho relações de amizade, e já muito antigas, com uma longa história, com alguns dos bispos portugueses. E, naturalmente, com esses, embora o tempo me limitasse muito, tive alguns contactos durante estes meses.

DN — Reconhece que houve uma acentuada influência da Igreja durante a campanha eleitoral no sentido de contribuir para a não abstenção?

MLP — Sim, reconheço. Eu própria fui testemunha disso nas igrejas onde participei nos actos de culto.

DN —E essa campanha contra a abstenção considerou-a modelar?

MLP — Bem, custa-me referir-me, como primeiro-ministro, a um ponto que julgo dever esclarecer no meu foro próprio enquanto católica, portanto, na comunidade católica de que faço parte. Mas direi, como primeiro-ministro ou como cidadã, se quiser, que alguns argumentos aduzidos em favor da não abstenção foram bastante primários e, vamos lá, como cidadã também tenho o meu ponto de vista de que foram teologicamentte fracos.

Fundação Cuidar o Futuro

A AD e o "sobressalto"

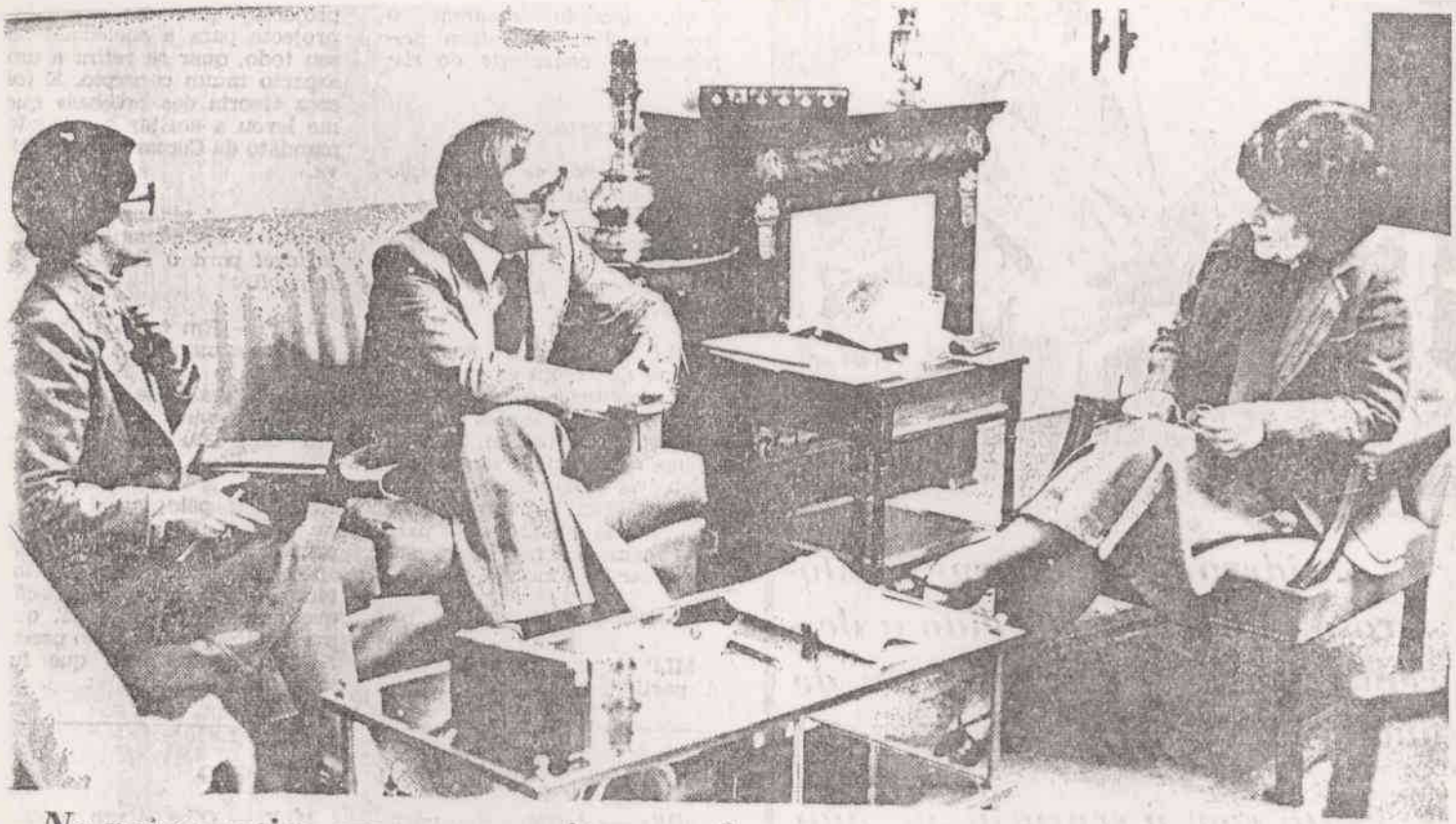
DN — Gostaria de passar a outro aspecto. A senhora primeiro-ministro referiu recentemente, numa entrevista, que a vitória da Aliança Democrática (e vou citar) «era um sobressalto» e que temia (também citando) que «o povo ficasse encurralado pelo modelo que lhe fosse imposto». Ora, como deveremos entender estas reservas da senhora primeiro-mnistro? Como uma dúvida do valor, em democracia, da alternância no Poder?

MLP — Não, não foi isso que eu quis dizer. Não, não foi o valor da alternância do Poder em democracia. Foi o facto de, durante a campanha eleitoral, eu ter ouvido, ou lido, algumas afirmações de dirigentes da Aliança pondo em causa as instituições da Constituição, nomeadamente o próprio Conselho da Revolução, pondo em causa algumas das balizas constitucionais. Isso, naturalmente, deixou-me, nos dias seguintes ás eleições, talvez com uma certa preocupação que se desvaneceu e neste momento, praticamente não existe, relativamente ás intenções da Aliança Democrática. Claro, é necessário fazer sempre uma distinção, sem dúvida, entre o período de campanha eleitoral, em que as posições são forçadas e vão até ao limite na sua própria expressão e as posições assumidas quando o grupo sai vitorioso e tem de pôr em prática essas afirmações feitas.

DN — Digamos que o temor referido nessa entrevista desapareceu entretanto?

MLP — Sim, desapareceu entretanto. Vejo no comportamento da Aliança Democrática que não há, neste momento, nenhum indício que me leve a recear que a Constituição de algum modo viesse a estar em causa.

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO



Na perspectiva em que me situo, as formas conhecidas do socialismo e do capitalismo na Europa praticamente identificam-se, quer dizer, são perspectivas em que a produção e o crescimento económico têm o primeiro lugar, embora o que esteja em causa, na diferença entre os dois sistemas, seja a propriedade dos bens de produção.

Fundação Cuidar o Futuro

O Conselho da Revolução

DN — Provavelmente, a senhora primeiro-ministro será também favorável a algum dos pontos que a Aliança Democrática referiu ser necessário rever na Constituição, quando for altura própria, como é o caso, por exemplo, do Conselho da Revolução que citou. Ou defende a permanência do Conselho da Revolução?

MLP — Não, mas repare, o ponto é este: há um tempo para cada coisa, lá diz *O Eclesiastes*. E o nosso tempo para a revisão constitucional é o tempo depois das eleições de 1980.

DN — Mas é favorável, por exemplo, à manutenção do Conselho da Revolução?

MLP — Neste momento, e estreitamente dentro dos limites da Constituição, penso que não. Penso que o Conselho da Revolução é um órgão de duração limitada, que tem um objectivo muito concreto que é o de garantir, de facto, o espírito da Revolução de Abril e que tinha de o fazer de uma forma quotidiana. Não sei se conseguiu plenamente esse objectivo, isso será uma questão que a História dirá, mas penso que, asseguradas as estruturas democráticas fundamentais, a Constituição terá, com certeza, novas balizas e novas instituições.

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Poder civil e militar

DN — Devo entender que também é defensora da subordinação do poder militar ao poder civil?

MLP — Sim, sem duvida. Mas o Conselho da Revolução — e aqui divirjo da postura um pouco tradicional que tenho encontrado e, por isso, gosto que me faça essa pergunta — não me parece que o que esteja em causa, na existência do Conselho da Revolução seja a supremacia do poder militar sobre o poder civil. O que esteve em causa foram duas fontes de legitimidade e, aqui, invoco o general De Gaulle. Há duas fontes de legitimidade na nossa Constituição actual: uma fonte que é aquela que decorre do sufrágio universal para a Constituinte, que elaborou a Constituição; e a outra fonte de legitimidade que é aquela que decorre do facto do 25 de Abril de 1974. E essa fonte de legitimidade teve como encarnação o Movimento das Forças Armadas. Ao ter como encarnação esse Movimento das Forças Armadas, a sua institucionalização, no contexto da Constituição vigente, não significa para mim uma subordinação do poder civil ao poder militar. Significa o reconhecimento de duas legitimidades.

DN — De qualquer modo, quando for ocasião de proceder à revisão constitucional, a senhora primeiro-ministro, como disse, é defensora do regresso ao sistema clássico das democracias, ou seja, á subordinação integral do poder militar ao poder civil?

MLP — Em qualquer circunstancia, defendo a subordinação do poder militar ao poder civil. Isto é um ponto. [illegible] ponto e com isso desarticulo, por assim dizer, [illegible], é este: quais sao as instituições «clássicas» nas democracias? Aí é que já tenho um grande ponto de interrogação. Penso que estamos, as 21 ou 22 democracias existentes no mundo no sentido clássico do termo, penso que estamos todas á procura das fórmulas adequadas a uma maior satisfação dos direitos individuais e das necessidades colectivas. E por isso não sei dizer, com um ano de antecedência, o que no período posterior a 1980, portanto numa revisão da Constituição, que tem ela própria também limites já determinados pela Constituição, não sei quais serão as instituições que nessa altura terão emergido da efervescência que existe em toda a Europa, como sabe.

Modelos de sociedade

DN — Gostaria de colocar uma questão acerca da sua perspectiva quanto ao modelo de sociedade que poderá «encurralar o povo português», como disse na entrevista que já referimos. Ora, por aquilo que disse agora, nas suas ultimas respostas, parece ter mudado, entretanto, a sua perspectiva. Parece reconhecer, á priori, que não haverá condições para ser imposto qualquer modelo nos próximos meses...

MLP — Bem, aí são duas coisas diferentes. Primeiro, mostrei uma duvida que, como lhe disse, se esbateu, se esbateu agora pela prática da Aliança Democrática por ter remetido para a sua perspectiva própria o que foi dito no período eleitoral. Com essa expressão pouco feliz que utilizei, o «encurralado» quis dizer outra coisa. O modelo não é isso. É que me parece existir, em certas zonas do nosso país, talvez com alguma predominância na Aliança Democrática, mas que também existem noutros sectores politicos considerados de esquerda, a convicção de que o modelo de sociedade para onde nós devemos caminhar é aquele modelo que se construiu no pós-guerra na Alemanha, na Suécia ou, vamos lá, mesmo em França. Ora, era a esse tipo de modelo a que me referia e parece-me que se fossemos por esse caminho — e isto, quer por um governo de direita, quer através de um governo de esquerda —, se fossemos por esse caminho isso traria, na verdade, ao povo, no meu entender, um grave pejuízo. Quer dizer: o povo iria percorrer, ver-se-ia empurrado para uma situação em que ia percorrer um caminho que outros já percorreram em circunstâncias completamente diferentes 30 ou 40 anos atrás e em que as condições do Mundo eram totalmente diferentes. E uma vez chegada a essa situação, iniciado esse caminho, o povo ficava metido, como creio que disse nessa entrevista, entre baias de que não podia sair.

DN — Que espécie de modelo defende concretamente?

MLP — Olhe, eu defendo um modelo em que, contrariamente ao que acontece praticamente em toda a Europa, quer capitalista quer socialista, a economia e o crescimento económico não sejam o primeiro objectivo da sociedade, mas em que as necessidades básicas da população sejam o primeiro objectivo.

DN — Há neste momento, a Ocidente ou a Leste, algum país que a senhora primeiro-ministro encontre coincidente com esse modelo?

MLP — Há alguns que estão mais próximos. No Ocidente, estão mais próximos deste modelo países como a Holanda e, em certo sentido, os nórdicos, embora falar de necessidades básicas para os países nórdicos seja um pouco lírico, porque já vão tão longe... E, por isso mesmo, eles próprios já dizem que entre as necessidades básicas — e

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

• *Defendo um modelo que, contrariamente ao que acontece praticamente por toda a Europa, a economia e o crescimento económico não sejam o primeiro objectivo da sociedade, mas em que as necessidades básicas da população constituam o primeiro objectivo.*

• *O parlamentarismo hoje — e isso tenho de o dizer com toda a clareza — revela-se como um sistema incompleto, que precisa de outras formas de mediação entre o povo e aqueles que o governam. Daí também a minha simpatia pela forma autogestionária e outras formas que possam surgir.*

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações
FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

isto é muito interessante — está o direito de ser feliz, enquanto para nós as necessidades básicas têm o nome de saude, tecto, alimentação, etc. E no mundo socialista, diria a Jugoslávia...

DN — Entre os dois modelos está o modelo perfilhado pela senhora primeiro-ministro ou está mais...

MLP — Bom, isto é uma aproximação. O que eu estou a tentar dizer é uma aproximação da maneira de abordar o governo e os objectivos (mais do que o governo) que uma sociedade se propõe. O modelo que tenho em mente (lá vai outra coisa pretensiova) é um modelo que não está experimentado, que é o partir das necessidades reais de um povo, necessidades que não são só materiais (e já direi exemplos de como, em zonas muito pobres, se podem exprimir necessidades que não são só materiais) e, a partir dessas necessidades, ir construindo o esquema de resposta, em termos de produção, em termos de comercialização, em termos das trocas com o exterior e, portanto, em termos de feitura do Orçamento, quando aquilo que se faz, praticamente em todos os países, é determinar que o Orçamento é tanto, o défice vai ser tanto e agora, com isto, vamos compartimentar nos vários sectores de actuação e vamos ver o que é que se pode fazer. Evidentemente que eu estou a esquematizar as duas posições.

O caso suíço

DN — Se me permite a interrupção, no fundo, não há muito por onde escolher em termos de modelo. Ou seja, temos o modelo socialista, perfilhado pela U. Soviética e pelos países membros do Pacto de Varsóvia ou por Cuba, e temos, do outro lado, o modelo estritamente capitalista. Temos no meio, talvez, o modelo social-democrata, o modelo com variações entre uma social-democracia mais socializante ou modelo mais liberalizante. Portanto, o modelo que a senhora primeiro-ministro defende encontra-se mais próximo de uma social-democracia? Encontra-se mais próximo do modelo socialista?

MLP — Na perspectiva em que eu me situo, as formas conhecidas de socialismo e do capitalismo na Europa praticamente identificam-se, quer dizer, são perspectivas em que a produção e o crescimento económico têm o primeiro lugar, embora o que esteja em causa, na diferença entre os dois sistemas, seja a propriedade dos bens de produção. Por isso, quando me pergunta com que é que eu me identifico mais, digo-lhe que me identifico com uma forma de sociedade estruturada através de comunidades de interesses e também de afectos, capazes de sugerirem a si próprias e depois de se seleccionarem através das estruturas adequadas. E já que me pede um exemplo, vou-lhe dar um que o vai deixar perplexo: neste angulo em que me estou a colocar, pretendo um tipo de organização como o da Suiça, em que cada comunidade tem plena responsabilidade da gestão daquilo que lhe diz respeito e, portanto, que se organiza nos campos da educação, da família, da habitação, etc., de tal maneira que o Presidente da Republica suíço, ao abandonar o cargo, agradeceu aos seus compatriotas e disse no seu discurso final que se ia embora muito satisfeito, por ter feito tão pouco.

Presidencialismo e parlamentarismo

DN — Ainda acerca da questão de modelos ou de sistemas, colocar-lhe-ia uma última pergunta: a senhora primeiro-ministro seria favorável a um regime mais presidencialista ou a um regime estritamente parlamentar? (Isto considerando, até, que a senhora primeiro-ministro chefiou um Governo num período que foi considerado o de maior intervenção presidencial.)

MLP — Antes de responder à sua pergunta, gostaria de fazer uma observação sobre os modelos. É que, contrariamente ao que, possivelmente, poderiam esperar de mim, não tenho diante de mim nenhum modelo de um país, de um sistema, que diga: é este, Portugal deve ir neste sentido. O que penso e o que desejei sempre (e devo dizer que o 25 de Abril teve para mim essa novidade ou essa revelação, ou trouxe essa esperança, que gostaria de ter ajudado a construir) era tecer, ajudar a tecer os laços de uma sociedade e pôr as interrogações e dar as respostas, uma sociedade que fosse encontrada ao nível da raiz da sua identidade cultural, aquilo que o País verdadeiramente é...

DN — Um modelo um pouco utópico...

MLP — Mas não é, e gostaria — e vou tentar escrever — de mostrar como apenas cinco meses puderam revelar-me que isso não é completamente utópico. O povo tem em si muito mais sabedoria do que aquela que nós lhe atribuímos. O povo tem soluções. Eu encontrei, ao nível de problemas de incêndios, de cheias, de resolução de questões de saúde, de exploração agrícola, de iniciativas culturais, encontrei uma criatividade pelo País fora que raramente encontro a outros níveis.

DN — Poderemos concluir que, de certo modo, é adepta de uma sociedade autogestionária?

MLP — Completamente.

DN — À imagem daquela que é adoptada na Jugoslávia?...

MLP — ...Embora, como dizem os meus amigos jugoslavos que conheço melhor, a

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

autogestão não resolve tudo. E há uma anedota que corre lá: é que com a autogestão não se constrói a auto-estrada entre Belgrado e Zagreb...

DN — Apesar disso, a senhora primeiro-ministro é defensora do modelo autogestionário?

MLP — Sim. Parece-me que o modelo autogestionário é aquele que torna cada um de nós mais livre, mas participativo, mais criador e, se completado por uma estrutura parlamentar e governativa que agarre os grandes problemas de fundo, que têm de ser vistos como integradores das várias comunidades dispersas e fragmentadas, penso que aí temos possibilidade de encontar um caminho.

DN — E o parlamentarismo e o presidencialismo?

MLP — Não vejo essas duas formas como antagónicas e, por isso, vou dizer o que é que entendo por uma e por outra.

Pelo parlamentarismo, entendo o sistema que leva a determinar as grandes orientações em plano nacional, através dos representantes eleitos do povo. Isto é uma «La Palissade» mas refiro-o para nos podermos situar bem. O parlamentarismo hoje — e isso tenho de o dizer com toda a clareza — revela-se como um sistema incompleto, que precisa de outras formas de mediação entre o povo e aqueles que governam. Daí também a minha simpatia pela forma auto-gestionária e outras formas que possa surgir.

A intervenção do Presidente

DN — Daí também, se bem me apercebo, que a senhora primeiro - ministro defenda uma intervenção mais activa do Presidente da Republica?

MLP — O problema é distinto. Penso que a presença do Presidente da Republica ou a sua intervenção numa sociedade não se situa, necessariamente, ao nível da representatividade do povo.

DN — Portanto, a senhora primeiro-ministro não é defensora daquilo que usualmente se chama o presidencialismo, ainda que mitigado, porventura?

MLP — O presidencialismo, tal como ele tem vindo a ser referido aqui em Portugal, diz respeito a uma intervenção do Presidente da Republica, em termos do Executivo, o que é diferente. Repare, quando falamos de parlamentarismo estamos a dizer como se exprime a vontade do povo, não é? Por isso, são dois campos completamente diferentes.

DN — Utilizando dois exemplos, se me permite; entre o modelo italiano e o modelo francês, em termos de parlamentarismo e presidencialismo, por qual optaria ou do qual se sente mais próxima?

MLP — Bom... Se calhar nem de um nem de outro. Agora, o que considero perfeitamente viável é a coexistência do sistema parlamentar com um siistema em que o Executivo possa estar, constitucionalmente, dependente do Presidente da Republica, como é o caso dos Estados Unidos, enquanto na França isso não está constitucionalmente expresso, mas está, na prática, adquirido. Mas o que me parece importante distinguir é que o parlamentarismo e a autogestão dizem respeito à organização da sociedade e da vontade do povo na expressão das suas necessidades e das suas soluções. O presidencialismo diz respeito á forma como o Executivo é estruturado. Se ele é estruturado por uma emanação do Parlamento e das forças políticas ou se ele é estruturado, tendo em linha de conta o Presidente da Republica, integrando o Presidente da Republica, são duas coisas distantes.

DN — Portanto, em Portugal, defenderia, por exemplo, que o Presidente da Republica interviesse no Executivo, chefiasse o Executivo, como acontece em França?

MLP — Neste momento, não vejo que essa seja a via mais adequada para a sociedade portuguesa. Mas, também, neste momento, não está em causa a revisão da Constituição. É um ponto sobre o qual eu gostaria de poder reflectir mais. Digo, no entanto, que me parece indispensável que, numa sociedade como a sociedade portuguesa, o Presidente da Republica possa ser, ele próprio, portador de um projecto para ser mais do que o símbolo da unidade nacional e o garante da estabilidade das outras instituições. Parece-me que isso é muito importante. Que relação é que esta ideia tem com a distribuição dos po...es do Executivo entre o Governo e o Presidente da Republica é outra questão, que, neste momento, não me sinto habilitada a discutir.

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

A conciliação social

DN — Ao longo do seu Governo, descontando incidentes conhecidos, observou-se uma certa acalmia social...

MLP — Ainda bem que diz isso.

DN — Acha que é previsível uma alteração dessa acalmia social no VI Governo?

MLP — Não sei prever, até porque não estou em contacto sistemático com as várias forças políticas e sociais, de modo a poder, neste momento, ter uma avaliação justa; o que posso dizer é que o que permitiu, do ponto de vista do Governo, essa paz social. Julgo que, por um lado, houve uma resposta das organizações representativas dos trabalhadores á proposta deste Governo, á proposta modesta mas simples deste Governo. Os trabalhadores fizeram uma certa aposta, vamos lá, na sinceridade que punhamos na tentativa de responder ás necessidades da população. Mas em segundo lugar, e não menos importante, foi a equipa — a todos os títulos excepcional — que tive no Ministério do Trabalho e a cooperação dada pela grande maioria, senão pela totalidade, dos funcionários dos vários organismos do Ministério do Trabalho. Foi uma equipa que não se poupou a esforços, que passou serões, noites até de madrugada, em discussão com as várias forças sociais, tentando conciliações, que considero espantosas. E já agora, queria-lhe dizer uma, que eu acho extraordinária: é que já depois de abolido o tecto salarial, quando foi discutido, em termos de contratação colectiva, o Acordo Colectivo de Trabalho, no domínio da Construção Civil, conseguiu-se esta coisa espantosa que é um aumento de 19,5 por cento, quer dizer, menos do que o tecto salarial que estava em vigor. Isto significa, da parte de todos os intervenientes, um sentido de responsabilidade e de cooperação em que eu só posso louvar as forças sociais e dizer que são elas, ao fim e ao cabo, que contribuem para essa paz, que são detentoras da alavanca da acalmia. Mas isto também não seria possível — e volto a dizer — sem o trabalho esforçado e diário e a capacidade de ajuste que teve toda a equipa do Ministério do Trabalho, chefiada pelo ministro Sá Borges.

A questão TAP

DN — Falou em conciliação social e dos esforços do Ministério do Trabalho para a conseguir. Uma questão de que ultimamente muito se tem falado e que tem sido atribuída ao Governo em termos d cedência é a da TAP. Concretamente terão sido assumidos compromissos com determinados sectores da TAP, concretamente pessoal de voo, no sentido de lhe serem satisfeitos pela empresa os impostos a que são obrigados, o que, a confirmar-se, é um precedente. Há quem considere que este precedente poderá ter efeitos de arrastamento, quer dentro da própria TAP, quer noutras empresas publicas? O seu Governo teve uma diferente perspectiva?

MLP — Um problema muitíssimo complexo. Primeiro, antes de tudo, o Governo não cedeu. Depois quero dizer o seguinte: estavam em causa duas questões, relativamente ao pessoal navegante TAP, uma que é o contrato colectivo de trabalho, que deveria ter sido nagociado em Junho mas que, enfim, por causa da mudança de Governo não foi e se veiu a fazer agora nas últimas semanas. Esse contrato colectivo de trabalho tinha uma proposta do Sindicato do Pessoal Navegante que era perfeitamente incomportável, sobre o qual a gerência tentou fazer alguma conciliação trazendo depois ao conhecimento do Ministério da tutela o que isso significava. É claro que o Ministério da tutela nem sequer o trouxe a Conselho de Ministros, pois envolvia somas que não podiam sequer ser consideradas no horizonte dos salários portugueses. Havia paralelamente um segundo problema — é esse a que se refere — que diz respeito ao problema da isenção fiscal do pessoal navegante, quando fora do solo português, isenção essa que é concedida em alguns outros países em condições particulares. Ora, como sabe, tudo quanto diz respeito a isenção fiscal é da competência exclusiva da Assembleia da República e o Governo sobre isso não podia dar luz verde ou não. No entanto, dada uma certa obstinação do Sindicato do pessoal navegante, o conselho de gerência encontrou uma solução que seria, de certa maneira, um adiantamento da empresa ao pessoal navegante relativamente ao montante do imposto complementar, adiantamento que seria reposto no termo do ano ou consoante a decisão que sobre essa matéria a Assembleia da Republica viesse a tomar.

DN — Entretanto, salvo erro, havia uma pequena cláusula que era a da actualização automática dos mesmos salários, também no final do ano, o que, de certo modo, cobria o empréstimo...

MLP — A unica coisa que lhe posso dizer é que o Governo não tomou sobre essa matéria nenhuma decisão de concessão. Portanto, os actos de gestão praticados foram-no pelo conselho de gerência, que está além disso vinculado às normas que o próprio Governo indicou para as empresas publicas. Depois, antes de elaborados os contratos colectivos e tabelas salariais, qualquer conselho de gerência tem que examinar qual é a situação económico-financeira da empresa.

DN — Que neste caso é bastante má... Mas voltando ao efeito do arrastamento, uma vez que o problema da fiscalidade, como sabemos, tem uma incidência particularmente pesada no sistema português.

MLP — Penso que não haverá. Penso que isto é um acto interno de gestão do conselho de gerência da TAP. Penso que não terá efeito de arrastamento e penso que, além disso, se o problema existe — e compreendo que o pessoal navegante o ponha em termos de equiparação com outros colegas de outros países —, tenha que ser resolvido de outro modo. Como também penso que o pessoal navegante deverá situar o seu problema em comparação, por exemplo, com o pessoal de terra da mesma empresa e com as outras categorias sócio-profissionais existentes no nosso país. Julgo que isso é longo trabalho de persuasão. Poder-se-ia supor ainda que alguém esteja interessado em liquidar a TAP, como empresa publica, para construir uma empresa privada. Isso é uma hipótese possível.

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

A Esquerda e a Direita

DN — Já que falámos no Governo, a senhora primeiro-ministro considerou também, numa outra sua entrevista, o V Governo como de esquerda. Essa convicção deve-se a uma análise do comportamento do seu Gabinete, da base para o topo, ou a uma orientação do topo para a base?

MLP — Isso é interessantíssimo, gosto imenso que me pergunte isso. Deve-se, justamente, a uma análise feita «a posteriori» e a um reconhecimento que acabo de fazer e, portanto, da base para o topo. Não foi qualquer coisa que tenha sido determinada «a priori». Reparou, com certeza, que eu, de início, nunca falava se era de esquerda ou se não era, até evitava essa resposta, por um lado porque, realmente, mantenho um grande cepticismo em relação ás categorias esquerda-direita, como representando adequadamente o equilíbrio das forças sociais. Acho que é um tipo de divisão bastante ultrapassado. Mantenho isso. No entanto, o que verifico foi que, gradualmente, as opções deste Governo, não só o que estava no seu programa, mas as opções concretas da gestão quotidiana, o levaram a situar-se não do lado do que podemos chamar as forças conservadoras ou desejando perpetuar um certo numero de privilégios, mas sim do lado da defesa da igualdade de oportunidades para todos.

DN — Hoje, como se sabe, a senhora primeiro-ministro é tida como uma figura politica de esquerda. Considera-se como tal?

MLP — Ao fazer a leitura, agora, ao fim destes cinco meses, dos acontecimentos e ao verificar esta excessiva polarização que houve na sociedade portuguesa, tenho que dizer que sou de esquerda, sim, mas num sentido pouco tradicional. Quer dizer, sou de esquerda, na medida em que tenho um desejo de justiça constantemente por realizar e que se me impõe com uma urgência inadiável; e, por outro lado, porque me movimento em esquemas alternativos e acho que a esquerda, a existir, deve ser a possibilidade de uma grande quantidade de propostas alternativas aos esquemas que vamos tendo no dia-a-dia. Cada esquerda tem a sua esquerda.

A Câmara Corporativa

«DN» — Logo, julgo que considerará, certamente, frustrante toda a experiência que teve no anterior regime, designadamente enquanto procuradora á Camara Corporativa?

MLP — Não foi nada frustrante. Foi extremamente enriquecedora. E foi extremamente enriquecedora, porquê? Por que aquilo mesmo de que hoje falámos aqui, a propósito de modelos está escrito no meu voto de vencida de 1972, á proposta de Lei, relativa ao IV Plano de Fomento, apresentado pelo Governo de então á Assembleia Nacional e que foi analisado na Câmara Corporativa. Já então, eu defendia, claramente, que Portugal não tinha que seguir os modelos estabelecidos, mas tinha que criar o seu próprio modelo, ter uma via original. O que eu digo é que não foi frustrante. Pelo contrário, foi possível, no seio da Camara Corporativa, dizer, afirmar, aquilo que eu era e aquilo em que acreditava e por ser possível essa afirmação e que, de resto, aceitei essas funções.

«DN» — Não considera que tivesse havido, portanto, uma evolução na sua perspectiva politica, de então para cá. Ou seja, no fundo, a julgar pelas suas palavras, a perspectiva que tem hoje era a perspectiva que já tinha nessa altura?

MLP — A perspectiva é a mesma. A posição política é a mesma. De então para cá, claro, não fiquei imóvel, aconteceram imensas coisas e o que se tornou para mim muito mais claro do que então era — e, portanto, agora afirmaria com muito mais convicção —, que a crise provocada pela escassez das matérias-primas e, sobretudo, a chamada crise do petróleo nos atira, inèvitavelmente, para uma sociedade não uniformizada, não decalcada de modelos exteriores, mas em que cada povo tem a obrigação de procurar quais são os seus próprios recursos, de maneira não só a poder sobreviver num amanhã, em termos materiais, mas de maneira a poder viver como entende e deseja.

«DN» — Há pouco, quando referia ao frustrante» na sua experiência na Câmara Corporativa, estava a admiti-lo, precisamente, porque recordo-me que a senhora primeiro-ministro permaneceu naquela Câmara, aceitando renovar o seu mandato, já numa altura em que a chamada ala liberal da Assembleia Nacional se retirava e se mostrava hostil ao professor Marcelo Caetano. Enfim, fê-lo por amizade a Marcelo Caetano, por uma certa fidelidade pessoal, ou fê-lo por manter ainda a convicção de que apesar dos liberais se afastarem, a sua presença na Câmara Corporativa ainda continuava a ser util para afirmar posições de contestação ao próprio regime?

MLP — Estou a ver que percebe muito bem o meu pensamento. Na verdade, eu hesitei muito em aceitar o segundo mandato, que começou em 73 (eu era procuradora à Câmara Corporativa na altura do 25 de Abril), mas fi-lo basicamente, não só pela imunidade política que daí decorria — e que era um elemento importante numa altura em que eu estava empenhada, com todas as forças que tinha, num esforço de consciencialização ao longo do País, que tinha como objectivo, em particular, a resolução do problema do Ultramar — mas fi-lo, também, porque acreditava que era possível actuar através dessa voz, dessa voz negativa (chamou-lhe de contestação, se calhar era), embora sendo uma voz isolada que não tinha força nenhuma, que poderia até reforçar o regime, não tenho ilusões relativamente a isso. A estrutura da Câmara e a forma como funcionava permitia que aqueles, como eu, situados noutro contexto e com outras opções, tivessem o que se chamava então os votos de vencido e, portanto, aí pudessem exprimir com clareza qual era a sua opção. E foi isso que tentei fazer.

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Os liberais e Marcelo Caetano

«DN» — Devo presumir, então, que, em certo sentido, desejaria ter acompanhado os liberais no seu afastamento em relação ao então primeiro-ministro?

MLP — Não, porque a minha postura e a dos liberais tornou-se completamente distinta, na altura justamente do Congresso dos Liberais, em que fizemos algumas reuniões e em que os liberais punham, como primeiro problema a ser abordado, o das liberdades e garantias individuais e eu punha, como primeiro problema, o de A'frica, porque — dizia eu na altura — se nós pusermos o problema de A'frica em primeiro lugar, por aí rebenta tudo, por aí haverá liberdade de Informação, por aí haverá liberdade de reunião, etc. E parecia-me, na verdade, talvez pelo meu vínculo a estruturas internacionais e o contacto que havia tido nas Nações Unidas, que esse era, realmente, o nó do problema como, aliás, a História o veio a provar. Mas permaneci também, não por uma fidelidade sentimental ao professor Marcelo Caetano, mas por ver, contra toda a evidência — posso dizer — por ver que no prof. Marcelo Caetano havia, em determinados momentos, ainda uma resposta positiva áquilo que era, de algum modo, a minha voz contestatária. O sr. prof. Marcelo Caetano conhecia-me desde o tempo da Universidade e, já agora, vale a pena dizer porquê, pois não tem nada a ver com razões políticas. O meu professor de Economia Política, no Instituto Superior Técnico, foi o engenheiro Daniel Barbosa, que me deu a mim e a outro colega as melhores notas do ano. Ora, um dia, o engenheiro Daniel Barbosa convidou-me para ir a casa dele onde, disse, iria encontrar algumas pessoas que ele tinha muito interesse que eu conhecesse. Ora, a pessoa que eu fui encontrar foi o prof. Marcelo Caetano. Eu era, portanto, jovem estudante, a terminar o curso de engenharia e acontece que, nesse ano, presidi com o professor Adérito Sedas Nunes ao primeiro e unico congresso universitário, realizado em Portugal, organizado pela Juventude Universitária Católica e, também aí, o prof. Marcelo Caetano deu-nos um grande apoio, apesar dos governantes da época, e em particular o ministro da Educação, terem tido connosco uma atitude extremamente dura, na medida em que nós fizemos um congresso em que criticámos intensamente a instituição universitária.

Em 69, o prof. Marcelo Caetano, estando eu fora (entre 65 e 69 estive fora, a coordenar uma série de equipas internacionais que funcionavam em vários continentes) e, na véspera de fecharem as listas para as eleições da Assembleia Nacional, eu cheguei a Portugal e, por alguém, o prof. Marcelo Caetano soube que eu estava cá e chamou-me para me convidar formalmente a entrar na lista da União Nacional e a ser deputada. E era até pelo círculo de Portalegre, porque, naquele momento, era o que estava ainda libre da lista. Isto passou-se á noite e, no outro dia de manhã, tivemos uma longa conversa, em que eu disse, claramente, ao professor Marcelo Caetano, que a minha opção de sociedade passava naquele momento, em relação a Portugal, por três vectores que eu não queria deixar de acentuar: primeiro, era o terminar da guerra do Ultramar e, se bem se recordam, o sr. prof. Marcelo Caetano tinha posto a campanha eleitoral em termos de continuar a luta ou o abandono; o segundo ponto era a organização interna da sociedade portuguesa, que eu via como uma sociedade de igualdade para todos, e lembro-me de ter dito ao sr. prof. Marcelo Caetano que via um esquema socializante para a sociedade portuguesa; e o terceiro ponto foi que não podia pactuar com a corrupção instalada na maior parte dos circuitos da sociedade portuguesa e de forma especial na Administração. E pelo conjunto destas três razões, eu não podia fazer parte de uma Assembleia Nacional, embora entrando como independente num partido unico. E, julgando eu que tudo estava terminado, fui depois convidada para ser procuradora á Camara Corporativa. Portanto. E' nesse contexto que eu apareço.

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Marcelo e os outros

«DN» — Embora a senhora Primeiro-Ministro reconheça que, já nessa altura, o prof. Marcelo Caetano estava como revelou num dos seus livros, manifestamente ligado aos ultras de direita?

MLP — Pois, isso é que para mim foi uma revelação, quando li «As Memórias» do prof. Marcelo Caetano...

«DN» — Portanto, na altura, não se tinha apercebido disso.

MLP — Não. As conversas que o sr. prof. Marcelo Caetano teve comigo até fins de 73 (devo dizer que diminuiram muito em 72 e 73, na medida em que me opus frontalmente à reeleição do almirante Américo Tomás e tive com o prof. então primeiro-ministro, sr. Marcelo Caetano, algumas conversas extremamente violentas...).

«DN» — Eu creio que ele também se opunha, em certo sentido?

MLP — Pois esse era o drama. E ao dizer isso, eu digo-lhe: a minha fidelidade era compreender o drama do homem político, era compreender o homem que desejava outra coisa e que, por força da formação que tinha, talvez de um espírito legalista, enfim, muito formado pelo direito, não foi capaz de ter a firmeza suficiente para vencer esse ultimo obstáculo.

«DN» — E nessa altura não se apercebeu já da dinâmica que os ultras da direita tomaram na Assembleia Nacional?

MLP — Sim. Isso com certeza.

«DN» — Mas isso levava a senhora Primeiro-Ministro, na altura, a aproximar-se mais do prof. Marcelo Caetano? Ou era uma tentativa de lhe dar um «contrapeso» para esses ultras que tomavam, de certo modo, a rédea do Poder?

MLP — Não. Eu tive a minha ultima conversa com o sr. prof. Marcelo Caetano imediatamente após a demissão do general Spínola. Fui conversar com o sr. prof. Marcelo Caetano, a quem expus a minha indignação perante o facto, e essa foi, de facto, a ultima conversa.

«DN» — A senhora Primeiro-Ministro acha que o prof. Marcelo Caetano falhou como político, isto é, que poderia, politicamente, ter evitado a revolução?

MLP — E' muito difícil dizer o que é que a história poderia ter sido. Houve um momento na evolução do regime, com o qual contactei só durante a liderança do prof. Marcelo Caetano (anteriormente não tive nenhum contacto com o pro. Salazar), houve, nesse momento, uma abertura e uma perspectivação em que talvez tivesse-sido possível encontrar outra via para a sociedade portuguesa. No entanto, as frentes, as contradições, se quiser, da nossa sociedade eram de tal ordem que, de algum modo, a revolução me aparecia já como inevitável. Eu creio que, mesmo quando entrei para a Camara Corporativa (não sei se é de 69 se é de 70) tenho qualquer coisa escrita, justamente sobre a revolução, considerando que a revolução, em determinados momentos da história, é a forma como o povo pode agarrar o seu destino.

Fundação Cuidar o Futuro

A revolução

«DN» — Deixe-me interrompê-la só para situar um ponto. Logo, quando assumiu o segundo mandato estava perfeitamente consciente do risco?

MLP — Certo.

«DN» — Porque a revolução estava á porta?...

MLP — Absolutamente.

«DN» — E porque correu esse risco?

MLP — Porque não sou uma pessoa que meça esse tipo de riscos políticos. Sou uma pessoa que vive naquilo que tenho chamado (enfim, de uma forma muito pouco ideológica) «a teoria das brechas», onde há um terreno possível de trabalho, aí me situo, não para me acomodar mas para ser extremamente inconfortável.

«DN» — Inconfortável?...

MLP — Sem duvida e não, á partida, por antagonismos pessoais, mas porque defendo até ao fim o meu próprio projecto, quer ele seja um projecto para a sociedade no seu todo, quer se refira a um aspecto muito concreto. E foi essa «teoria das brechas» que me levou a aceitar o segundo mandato da Camara Corporativa.

«DN» — A senhora primeiro-ministro sente que foi inconfortável para o Presidente da Republica?

MLP — Em termos objectivos, neste momento, julgo que sim. Julgo que fiz tombar sobre o Presidente da Republica algum ónus que, afinal, era um ónus que eu tinha de pagar, pela minha própria postura. E que o Presidente da Republica pelo facto não só de me ter designado como primeiro-ministro, mas pelo apoio — apoio pelo menos tácito — que deu á governação que realizei, sem duvida, que pagou também um certo preco. Nesse sentido, acho que fui inconfortável.

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

• *Vejo, no comportamento da Aliança Democrática, quenão há, neste momento, nenhum indício que me leve a recear que a Constituição venha, de algum modo, a estar em causa.*

• *Não considerei necessárias as eleições intercalares. O sr. Presidente da República sabia da minha opinião a este respeito. Considero, no entanto, que foram úteis. Quanto à sua oportunidade, penso que só à distância é que se poderá vir a ajuizar*

• *Sou uma pessoa que vive naquilo a que tenho chamado "a teoria das brechas": onde há um terreno possível de trabalho, aí me situo, não para me acomodar, mas para ser extremamente inconfortável*

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Estar em S. Bento

«DN» — Aceitaria novamente ser nomeada primeiro-ministro?

MLP — Está a pôr-se em Julho, outra vez?

«DN» — Não, falo de hoje. Abstraindo as eleições, em tese, se fosse novamente convidada para primeiro-ministro, aceitaria?

MLP — Olhe, é um problema que não se me põe. Alguém me perguntou o mesmo, na própria noite das eleições, antes de se conhecerem os resultados. A unica coisa que lhe posso dizer é que aceitar um cargo de primeiro-ministro supõe a realização de determinadas condições e supõe, antes de tudo, uma intuição. Eu não posso responder porque as grandes decisões da minha vida tenho-as tomado por intuição e, por isso, como não é esse o caso, não sei sequer dizer se aceitaria ou não. As condições teriam de ser postas e, com certeza, de maneira diferente do que foram para um governo que é completamente diferente dos outros governos, como há pouco referiu em termos institucionais.

A NATO e os misseis

«DN» — Independentemente da posição que o Governo português assumiu no caso, perguntar-lhe-ia se concorda com a estratégica que a NATO adoptou para a instalação dos misseis nucleares na Europa?

MLP — Eu, neste momento, não me posso manifestar relativamente ao problema, a não ser nas funções em que ainda estou investida. Há, sem duvida nenhuma, uma estratégia que é alcançar o objectivo que temos na nossa Constituição, de um desarmamento controlado e generalizado através de um equilíbrio entre os dois blocos.

«DN» — Infelizmente, porém, há quem defenda que esse equilíbrio só se consegue se houver um esforço armamentista de um dos lados, isto é, a Ocidente, reconhecida a sua fraqueza. De outro modo, o diálogo desanuviador é impraticável. E' essa a sua perspectiva?

MLP — Como sabe, nós tomámos aí uma posição que decorre, sem duvida, do nosso vínculo á Aliança do Atlantico Norte e tem algo que ver também com o nosso passado realtivamente á NATO desde que, com a guerra colonial, a NATO nos apoiou e nós demos uma contribuição mínima para a NATO. Estamos ainda numa fase, relativamente á NATO, de encontrarmos o nosso caminho lá dentro.

«DN» — E, pessoalmente, reconhece que a NATO não tinha alternativa, neste caso, face ao crescente poderio dos países do Pacto de Varsóvia?

MLP — Penso que a NATO — e agora respondo como pessoa, como cidadã —, penso que, neste momento, a NATO talvez pudesse encontrar outros caminhos, em que a «detente» e em que a Acta Final de Helsínquia pudessem ser de alguma forma mais respeitadas. Há aqui uma dinâmica que nos ultrapassa. É evidente, e aí tenho que dizer com toda a clareza, uma acção armamentista não pode deixar de me repugnar. Mas talvez possa haver ocasiões em que seja o normal.

Helsinquia e o Afeganistão

«DN» — Por exemplo, será conciliável á luz da Acta de Helsínquia, ao esforço da «detente» a intervenção soviética consumada no Afeganistão?

MLP—Pois aí está. É o outro lado da questão. Pela informação que obtive directamente em contacto com o embaixador da União Soviética, o Governo da URSS garante ao Governo português que retirará as tropas que, eventualmente, tenha no Afeganistão. E, nesse sntido, parece que se realizaram, em parte, os objectivos e compromissos da Acta Final de Helsínquia.

«DN» — Depois de um golpe de Estado em que foi substituído um chefe de Estado por outro que é manifestamente pró-soviético?...

MLP — E' tudo um pouco mais complexo. Ainda não está muito claro, ao que parece.

«DN» — De qualquer modo foi um envio de tropas e equipamento para um Estado soberano...

MLP — Certo. Evidentemente que condeno as ingerências nos assuntos internos. E' evidente que condeno e vejo com repulsa a execução de chefes de Estado, de seja quem for, a execução de alguém em tribunais «ad hoc».

O "Cerco ao Ocidente"

«DN» — Não vê a possibilidade de os países do Pacto de Varsóvia desenvolverem uma acção de invervenção directa através de forças convencionais na Europa?

MLP — Não, não...

«DN» — Portanto, a eventualidade de um «cerco» ao Ocidente será mais económico do que militar na sua perspectiva?

MLP — Há uma contenção dos países do Pacto de Varsóvia que só tem como paralelo a contenção dos países da NATO. Porque aqui o que está em causa para, todo o hemisfério norte, é a sua sobrevivência...

«DN» — Logo, a perspectiva da senhora primeiro-ministro é que o «cerco» será mais económico...

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

MLP — Sem duvida. Se esse cerco vai depois trazer repercussões no plano político, é essa presentemente a nossa grande preocupação...

«DN» — De algum modo existe já esse «cerco»...

MLP — O económico? mas sem duvida ...

«DN» — Estimulado pelos países do Pacto de Varsóvia ou por outras forças?

MLP — Não, de início fiz essa análise. Hoje já não faço...

«DN» — Então quem é que faz esse «cerco»?

MLP — Esse «cerco» é a revolta natural — e agora falo de uma maneira aparentemente desapaixonada — daqueles que, afinal, tinham as matérias-primas, as exportavam e viviam (e vivem ainda na sua grande maioria, porque o problema não ficou resolvido) na dependência daqueles a quem vendiam as matérias-primas. Repare, nós próprios, pobres como somos, quando decidimos fazer o porto de Sines, para que foi? Para termos ali a possibilidade de os petroleiros fazerem a descarga do petróleo e, eventualmente, termos ali refinarias quando pensávamos que os países produtores de petróleo nunca conseguiriam construir as suas próprias refinarias. A propósito, eu já era contra Sines na altura em que isso começou.

Olhe, hoje Sines é qualquer coisa de nessário. Quer dizer, é uma coisa que nasceu errada, que se pode transformar numa coisa certa, se formos capazes de o fazer. E' um grande desafio posto a qualquer governo.

Planos pessoais e projecto político

«DN» — Esgotando os últimos minutos que nos concedeu, tinha ainda três questões muito breves. A primeira é muito pessoal: a senhora primeiro-ministro tenciona retomar o seu lugar na UNESCO?

MLP — Sim. Todos os membros do governo regressam á base, como dizemos.

«DN» — Não tem qualquer outro projecto?

MLP — Em termos de quê?

«DN» — Pessoais.

MLP — Ah, tenho sempre imensos.

«DN» — Como falamos da UNESCO, não tem outra alternativa?

MLP — Não, não tenho.

«DN» — Há pouco falou também na derrota do seu projecto político (isto, de resto, está um pouco relacionado com a culpabilização de alguma Imprensa). A questão que lhe punha é esta: se de facto o V Governo (ou o seu primeiro-ministro) deveria conter um projecto político?

MLP — Deixe-me só corrigir. Realmente, utilizei a expressão de derrota do projecto político porque quem me estava a entrevistar, no 2.º Canal, usou essa expressão e eu não a contestei nessa altura porque tinha outras coisas a argumentar. Eu devo dizer que não considero o projecto derrotado. O projecto não chegou a ser completamente desdobrado, pois precisaria de muito mais tempo para poder ser posto á prova. Precisaria, sobretudo, de fazer um orçamento e, então, mostrar aí quais eram as verdadeiras disponibilidades e saber exactamente onde ia buscar recursos. Depois, precisava de gerir esse orçamento nos termos que eu considero indispensáveis que o Governo possa gerir.

Mas a sua pergunta não era essa. A pergunta era se um governo de 100 dias tinha que ter um projecto.

Bem, eu na altura mesmo da discussão na Assembleia da Republica, disse e mantenho: quanto mais curto — aqui tem uma afirmação quase paradoxal — quanto mais curto for o mandato de um governo mais necessidade ele tem de um horizonte. Horizonte em termos de visão, de perspectiva, de para onde vai — e eu estou por demais influenciada negativamente por países e líderes políticos de outros países que, governando durante muitos anos, não apresentam nada á população que não seja luta contra a inflação e luta contra o desemprego, o que na verdade não é mobilizador de ninguém porque não contém em si um projecto. Tem quando muito uma tecnicidade implícita. Daí que eu tenha considerado como indispensável, mesmo para 100 dias, a elaboração de um projecto.

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

• *Considero particularmente doloroso não ter conseguido a descentralização administrativa de que tanto falei*

• *Parto com a sensação de não ter contribuído para a definição de uma política industrial, que acho indispensável no nosso país*

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

As orientações económicas

«DN» — Quando disse há pouco que quanto mais curto é o governo, maior deve ser o horizonte, estava a incluir também determinadas orientações económicas para os anos oitenta?

MLP — Considerei que as decisões para 1980 foram decisões que podem ajudar o próximo Executivo, mas não o prejudicam. Vou explicar porquê: por um lado, foram dadas orientações aos serviços que têm a responsabilidade de preparar o Orçamento e isso foi objecto de uma longa resolução do Conselho de Ministros, aliás, publicada no «Diário da Republica». Considero que era um dos deveres deste Governo. Naturalmente, se este Governo tivesse funcionado entre Fevereiro e Agosto, isto não era necessário. Simplesmente, como está a funcionar até ao fim de Dezembro, tem obrigação de dar aos serviços — que nesta altura do ano têm que estar a trabalhar sobre o Orçamento (aliás, já o deviam ter feito) — algumas orientações. E foi o que se fez.

Para além disso, o Governo tomou algumas decisões em matéria económica e, aí, talvez, tenha havido algumas divergências que vão para além do aspecto técnico. Serão divergências políticas (e não tanto, não estou segura). Tomou algumas decisões de execução que considerámos imediata. Foram tomadas na reunião presidida pelo sr. Presidente da Republica (e não o estou a vincular de maneira nenhuma a isso, apenas estou a situar-me no tempo), em que foi descida a taxa de juro de um ponto e o deslizar do escudo se passou a fazer mais suavemente, passando de uma taxa de 11 por cento ao ano para uma taxa de 7 por cento ao ano e em que, por outro lado, se determina uma maior flexibilidade de concessão de créditos a sectores preferenciais. São estas as linhas mestras...

«DN» — Considera que as orientações dadas, do ponto de vista económico, para os anos oitenta, em nada afectam a governação do próximo Executivo?

MLP — E' isso mesmo. Afectam, se o próximo Executivo quiser. Estas medidas que acabo de referir de execução imediata, portanto, a descida da taxa de juro, o abrandamento da desvalorização do escudo e a maior flexibilidade na concessão de créditos são consideradas por mim e pelo Conselho de Ministros, na sua decisão, como indispensáveis e, até, muito ténues para o que deviam ser. Sobretudo a descida da taxa de juro, que devia ter sido de dois pontos e não só de um, para o estímulo ao investimento interno dos portugueses, como canalização das nossas poupanças, e justamente correspondendo ao desejo dos nossos pequenos industriais e comerciantes de investirem e, por outro lado, terem acesso mais facilitado ao crédito da banca que, como sabe, é uma queixa unânime que encontramos pelo País todo. No entanto, para não vincular o próximo Executivo, eu tive o cuidado de assinar essa resolução, que foi publicada no «Diário da República», e de combinar com o sr. ministro das Finanças que essa resolução não seria posta em execução imediatamente, uma vez que, para ela se transformar operativamente numa fixação de taxas pelo banco central, precisava de um decreto-lei ou de um despacho do ministro das Finanças.

Fundação Cuidar o Futuro

As eleições intercalares

«DN» — Uma ultima pergunta: considera que foram uteis, oportunas e necessárias as eleições intercalares?

MLP — Não as considerava necessárias. O sr. Presidente da Republica sabia a minha opinião a este respeito. Considero que foram uteis. Quanto á sua oportunidade, penso que só á distancia é que se poderá vir a ajuizar disso.

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO